



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 164, DE 2023

Altera a Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, para dispor sobre as penalidades aplicáveis aos magistrados que procederem em desconformidade com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções.

**AUTORIA:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR CLEITINHO  
**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº      , DE 2023**

Altera a Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, para dispor sobre as penalidades aplicáveis aos magistrados que procederem em desconformidade com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 26.** .....

.....

III – de procedimento incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções.

.....”

(NR)

“**Art. 47.** A pena de demissão será aplicada:

I - aos magistrados vitalícios, nos casos previstos no art. 26, incisos I, II e III;

.....”

(NR)

**Art. 2º** Fica revogado o art. 56, inciso II, da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979.





SENADO FEDERAL

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, positiva, em nosso ordenamento jurídico, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, instrumento de fundamental importância para o funcionamento do Poder Judiciário e, também, do Estado de Direito, na medida em que estabelece o regime jurídico, os direitos e obrigações aplicáveis aos magistrados brasileiros.

Não obstante, alguns dispositivos constantes da supracitada Lei se encontram em desacordo com o atual regime democrático, implementado pela Constituição Federal de 1988, bem como com os anseios populares por um Judiciário mais transparente e menos corporativista.

Por essa razão, apresentamos este Projeto de Lei, com vistas a tornar mais efetivas as punições aplicáveis aos magistrados, especialmente no que concerne à aposentadoria compulsória aplicada àqueles que procederem em desconformidade com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções.

Pelo exposto, cientes de que as alterações aqui propostas contribuirão para o aperfeiçoamento do regime jurídico aplicável à magistratura, solicitamos o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador CLEITINHO  
REPUBLICANOS/MG



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei Complementar nº 35, de 14 de Março de 1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional; LOMAN - 35/79  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:1979;35>
  - art56\_cpt\_inc2